

Excelentíssimo Senhor Presidente José Alves Viana,

Gostaria de realizar uma denúncia contra o Município de Contagem/ MG, tendo em vista a possível ilegalidade/irregularidade conforme será detalhado abaixo.

O Município de Contagem/MG realizou no ano de 2019 Concurso Público, Edital n.º 02/2019 da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Contagem para diversos cargos, dentre eles para "assistente social", sendo: 15 vagas para a classificação geral, 02 vagas para cota/deficiente, 04 vagas para cota/negros; totalizando 21 vagas para assistente social; conforme documento anexo 01.

O concurso foi homologado em 27/01/2020, conforme documento anexo 02.

Estou classificada na posição 53ª da classificação geral, para o cargo de Assistente Social, conforme documento anexo 03.

Foram realizados três atos de nomeação dos classificados no concurso. O último em 02/12/2020, no qual nomeou até a posição 40ª da classificação geral, conforme documento anexo 04.

A Lei Complementar(municipal) n.º 105/2011 é a lei que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os Quadros Setoriais da Administração, da ConParq, da TransCon e do CINCO e dá outras providências.

Em 02/07/2019, a Lei Complementar (municipal) n.º 280/2019 alterou a Lei Complementar(municipal) n.º 105/2011, criando mais cargos para assistente social, aumentando para 99(noventa e nove) cargos de assistente social.

Já a Lei nº 2.160, de 20 de dezembro de 1990: dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem e dá outras providências. E em seu artigo 33 trata da vacância de cargos:

Art. 33: A vaga ocorre na data:

II - da publicação;

a) da lei que cria o cargo;

Ressalte-se que conforme análise no site da Transparência da Prefeitura de Contagem e conforme informação da Ouvidoria do município há 99 cargos criados no município, 85 cargos estão ocupados e 14 cargos vagos; documento anexo 05.

Dessa maneira, da data da publicação da LC n.º 280/2019, ou seja, desde 02/07/2019, já considera cargos vagos. Restando ainda 14 cargos vagos de assistente social para serem nomeados do concurso público 002/2019.

Todos os dias acompanhando o Diário Oficial da Prefeitura de Contagem para verificar futuras nomeações, vez que a última foi em 02/12/2020; fui surpreendida com uma publicação do dia



08/03/2021; onde a Prefeitura realizou uma dispensa de Chamamento Público para contratação da OSC Associação de Apoio Social e Cultural Renascer (Termo de Colaboração, decorrente da Dispensa de Chamamento Público nº 001/2021, Processo Administrativo (P.A) nº 003/2021/SMDs), no valor de R\$ 5.058.155,64 (cinco milhões, cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos); tendo como objeto o desenvolvimento dos serviços de proteção social básica e média complexidade nos equipamentos públicos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Tal extrato também dizia que o Projeto Básico e Plano de Trabalho estariam em anexo; porém não constavam no Diário da Prefeitura daquele dia. E tive que me deslocar até a Secretaria de Desenvolvimento Social e conseguir acesso a tais documentos; documentos anexo 06 e 07.

Conforme página 95 do P.A nº 003/2021/SMDs, referente ao Plano de Trabalho (anexo 07) são 115 cargos diversos a serem contratos através da CLT, por meio da OSC Renascer; sendo 20 cargos para Assistente Social, justamente as vagas do concurso público.

Ressalte-se ainda que não se trata de uma contratação para uma emergência ou para suprir uma demanda temporária, como a própria Superintendente de Assistência Social demonstrou no MEMO/SMDs/SAS/013/2021 às folhas 03 do P.A nº 003/2021/SMDs: “A necessidade do procedimento se deve ao fato de, atualmente, não haver estrutura interna suficiente na Secretaria de Desenvolvimento Social, para a continuidade dos serviços sociais nos CRAS e CREAS. Necessitando a Superintendência de Assistência Social de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil para apoio às suas atividades. Embora estejamos recompondo o quadro de servidores públicos efetivos, as recentes convocações em concurso público 002/2019- ADM, não são suficiente para atender a demanda social de pessoas em vulnerabilidade crescente nos territórios.”; documento anexo 08.

Ressalte-se que a atual Administração não realizou nenhuma convocação, como já dito anteriormente, as últimas nomeações foram em 02/12/2020; pela antiga gestão do município.

A Secretária de Desenvolvimento Social, sr.^a Viviane Souza França, em MEMO/SMDs/GAB/N.º125/2021, datado de 01/02/2021 reporta ao Secretário de Administração, sr. Carlos Frederico Pinto e Netto sobre a necessidade de convocação dos classificados no Concurso Público Edital n.002/2019. Expõe que o Sistema Único de Assistência Social preconiza equipes mínimas (formadas por técnicos sociais, assistentes sociais, psicólogos, jurídico e atendentes administrativos) conforme população referenciada nos territórios. Ao longo dos anos, estas equipes foram compostas com o apoio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil. Nesse sentido, ao efetivar servidores estamos atendendo às normatizações da política e aos princípios da Administração Pública. Dessa forma, encaminhou o quadro com a demanda atual da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; no qual consta a necessidade de nomeação de mais 32 assistentes sociais, para compor a equipe mínima; conforme documento 09.



No dia 10/03/2020, em conversa com Sirlei de Sá Moura, advogada do gabinete da Secretária de Assistência Social, a mesma informou que já haviam solicitado a nomeação dos concursados a Secretaria de Administração, que é a responsável pelas nomeações; mas que até aquela presente data não haviam obtido retorno. Assim, a Secretaria de Assistência Social se exime da responsabilidade e coloca na Secretaria de Administração por não ter nomeado os assistentes sociais.

Encaminhei manifestação ao Secretário de Administração, através da Ouvidoria do Município, por meio do protocolo n.º 000222021003245-18, solicitando a nomeação e obtive a seguinte resposta, conforme documento anexo 10:

“O concurso público regido pelo Edital nº 002/2019 foi homologado em 27 de janeiro de 2020 e ofertou 21 (vinte e uma) vagas para o cargo de Assistente Social.

Nos termos do Ato Administrativo nº 26.257, de 02 de dezembro de 2020, houve a nomeação do 40º lugar para o cargo de Assistente Social, ou seja, foram nomeados todos os aprovados dentro das vagas ofertadas pelo certame.

Desta feita, os aprovados fora das vagas previstas em edital possuem expectativa de nomeação, dentro do prazo de validade do certame, tratando-se de ato discricionário da Administração Pública, levando em consideração a oportunidade e conveniência.

(...)

Sendo assim, considerando que foram nomeados para o cargo de Assistente Social todos os aprovados dentro das vagas ofertadas, considerando ainda que o concurso público em tela está vigente, esclarecemos que as futuras nomeações para provimento do cargo de Assistente Social, levarão em conta a conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal, podendo ocorrer durante o prazo de validade do presente concurso público”.

De acordo com a Norma Operacional Básica/ Recursos Humanos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), conhecida como NOB/RH-SUAS, prevê a gestão do trabalho no âmbito do SUAS e o dever de garantir a despreciação dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da tercerização; conforme dos ‘Princípios e Diretrizes Nacionais para a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS’:

Item 5: Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços (NOB-RH-SUAS, 2006, p.12).



Item 8: A gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também:

- garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da tercerização,
- garantir a educação permanente dos trabalhadores,
- realizar planejamento estratégico,
- garantir a gestão participativa com controle social,
- integrar e alimentar o sistema de informação.

Nesse momento de isolamento social decorrente a Pandemia do Covid-19 torna-se ainda mais imprescindível o fortalecimento e investimentos, não apenas financeiro, mas também em Recursos Humanos Efetivos na Política de Assistência Social.

Contudo a atual administração pública vem, a despeito da valorização desse serviço tão importante e da profissionalização necessária, abrir um Chamamento Público para contratar de forma tercerizada, profissionais do serviço social, psicólogos, dentre outros, estabelecendo assim um vínculo empregatício precário, o que é totalmente contrário ao preconizado na NOB/RH-SUAS.

Vale lembrar que a luta pela validação da NOB/RH- SUAS em Contagem, no que tange a profissionalização dos serviços da Assistência Social através da efetivação dos trabalhadores do SUAS por meio de concurso público é antiga. E o que vemos agora é um retrocesso das conquistas dos trabalhadores e usuários do SUAS, com a contratação de trabalhadores com vínculo frágil, gerando descontinuidade na oferta dos serviços da Política de Assistência Social.

A Secretária de Desenvolvimento Social justificou em uma live no facebook da Prefeitura, em 29/03/2021, que não é possível a nomeação de todos os classificados no concurso público, tendo em vista a LC (federal) 173/2020. Ressalte-se porém que a nomeação dos classificados no Concurso Público, não viola a lei de responsabilidade fiscal, orçamentária, nem mesmo a LC 173/2020, uma vez que, havendo a contratação de terceiros em detrimento dos concursados, restou suficientemente demonstrado que há recursos disponíveis para suportar a despesa, mas entendeu o Administrador, em contradição a Constituição Federal e a Lei, priorizar firmar Parceria com uma OSC que irá contratar assistentes sociais e psicólogos estranhos aos classificados no concurso público com validade vigente.

Assim, tendo o Poder Público realizado contrato temporário com terceiro, demonstrou que é conveniente e oportuna a nomeação dos classificados no Concurso Público n. 002/2019.

Há de se invocar a Lei Complementar (Federal) n.º 173/2020 não para impedir a nomeação dos classificados, **mas para permitir**. Em se tratando de cargos vagos, ou seja, pode haver nomeação em concurso público **para reposição decorrente de vacâncias**: existindo cargos vagos, efetivos ou vitalícios, é possível a nomeação de servidor para ocupá-lo, repondo a vaga do servidor pretérito.

Lei Complementar (Federal) n.º 173/2020:



Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; (grifo nosso)

Como já tido anteriormente, há 14 cargos vagos de assistente social e que precisam ser preenchidos anteriormente a contratação de uma OSC (que irá contratar de forma precária assistentes sociais); mas não foi o que aconteceu no município. Justificando ainda o Secretário de Administração que a nomeação dos concursados levará em conta a conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal; que como se vê achou conveniente e oportuno contratar uma OSC ao invés de nomear os cargos vagos de assistente social do município.

Ressalte-se que essa prática de contratação de OSC para suprir uma demanda mínima na Assistência Social é recorrente, o anterior governo tinha Termo de Parceria com o NIC (Núcleo de Incentivo à Cidadania) que fazia a contratação de profissionais para a assistência social. Porém, o Termo com o NIC encerrou em 09/03/2021 e não entendo a atual administração ser conveniente e oportuno em continuar com o NIC (vez a diretora do NIC apoiou o candidato Ivair Soalheiro para prefeito e não a atual prefeita), não fizeram um aditivo com o NIC. Mas continuaram na mesma prática, realizando Dispensa de Chamamento Público para contratar uma OSC, no caso a Renascer. Poderiam até ter realizado a referida Dispensa, mas deveriam anteriormente terem preenchido todos os cargos vagos disponíveis; não desrespeitando assim os classificados no concurso público e respeitando a moralidade dos atos administrativos.

A Secretaria de Desenvolvimento Social contratará através da OSC Renascer 20 assistentes sociais; sem ao menos ter informado os classificados no concurso público para a participação no processo seletivo. O que demonstra falta de transparência frente aos atos administrativos praticados. Ressalte-se ainda conforme dito acima, em 08/03/2021 foi publicada a Dispensa do Chamamento Público para a OSC Renascer, P.A nº 003/2021/SMDS e no dia seguinte, ao tomar conhecimento de tal Dispensa entrei no Instagram da OSC Renascer e já havia uma publicação encerrando o processo seletivo para contratação de Assistentes Sociais no dia 03/03/2021. Como assim? Se a Dispensa foi em 08/03/2021? Ressalte-se ainda que não há qualquer publicação, no Instagram da OSC Renascer,

ORIBSON

informando acerca dessa contratação de profissionais: publicaram no dia 03/03/2021 informando que naquele mesmo dia estava encerrando o processo seletivo, o que demonstra falta de transparência; conforme documento documento 11 anexo.

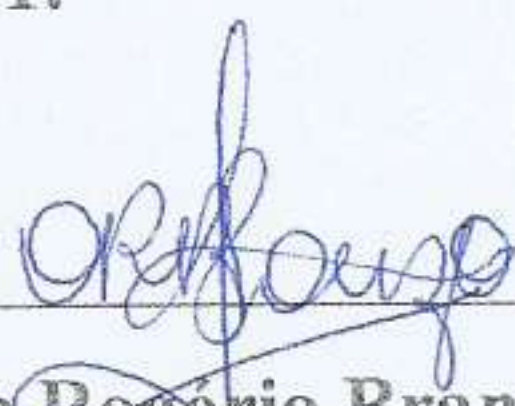
A Secretária de Desenvolvimento Social, Viviane fala que: a LC (federal) n. 173/2020 veda a criação de cargos e aumento de despesas que não estejam previstas no orçamento a partir do ano de 2020. Ainda que existam os cargos vagos na Administração Pública a convocação de candidatos aprovados e classificados em qualquer concurso exige a previsão orçamentária; conforme documento 12 anexo.

A Secretária de Desenvolvimento Social, Viviane foi em uma live no facebook da Prefeitura e fala que vão ser nomeados 4 assistentes sociais apenas e não os 14. Que são os 04 assistentes sociais que não tomaram posse na última nomeação em 02/12/2020. Mas a resposta do Secretário de Administração, que é quem contrata, não traz nada nesse aspecto.

Ressalte-se que conforme tabela anexa, eu me enquadro dentro das 14 vagas existentes e acredito que possuo direito a nomeação, conforme documento anexo 13.

Sendo assim, solicito encarecidamente, que o Tribunal de Contas do Estado tome as providências cabíveis para que o município de Contagem/MG nomeie os 14(quatorze) cargos vagos das pessoas classificadas no Concurso Público Edital n. 002/2019 para o cargo de Assistente Social; respeitando assim a moralidade e legalidade dos atos administrativos.

Contagem, 15 de abril de 2021.



Olívia Rogério Brandão de Souza
Assistente Social - CRESS/MG 27.910

Dados pessoais:

RG: MG-11.766.133

CPF: 064.283.436-90

Endereço: rua Oito, n.475, apt. 404, bloco 02, Chácara Cotia, Contagem/MG, cep: 32183-010.